

Formação política em gênero: O processo de empoderamento da mulher pescadora em Pernambuco entre os anos de 2004 e 2014

Daniela Rodrigues Guimarães*
Maria do Rosário Fátima de Andrade Leitão†

Resumo

O objetivo do artigo consiste em verificar as contribuições do(s) processo(s) formativo(s) no campo das relações sociais de gênero às mulheres pescadoras em Pernambuco, realizados no período de 2004-2014. Esse trabalho consiste em um aprofundamento da pesquisa aprovada no Edital MCT/CNPq/SPM-PR/MDA N° 020/2010 – Seleção pública de propostas para pesquisas em temas de Relações de Gênero, Mulheres e Feminismos. A pesquisa qualitativa está ancorada nos conceitos de Formação Política, Gênero e Empoderamento. A análise de discurso das entrevistas com três pescadoras artesanais, foi fundamentada em Orlandi (2010). A discussão teórica está alicerçada nas Epistemologias Feministas materialistas, sobretudo Saffioti (2015) e Guillaumin & Tabet (2014); mediatizada para o universo da Pesca Artesanal por Leitão (2008, 2012, 2014, 2018) e no campo da Formação Política está assentada nos fundamentos da Educação Problematizadora de Freire (1987, 1996). Os dados indicam que as pescadoras têm trilhado trajetórias de empoderamento a partir do diálogo com as formações políticas, em uma cadeia produtiva em que eram excluídas e alvo de diversas formas de invisibilidades.

Palavras-chave: formação política, empoderamento, gênero.

Abstract

The objective of this article is to verify the contributions of the training process in the field of social gender relationships to women fishermen in Pernambuco, carried out in the period 2004-2014. This work consists of a deepening of the research approved in Edital MCT / CNPq / SPM-PR / MDA N° 020/2010 - Public selection of proposals for research on issues of Gender Relationships, Women and Feminisms. Qualitative research is anchored in the concepts of Political Education, Gender and Empowerment. The discourse analysis of the interviews with three artisanal fishermen was based on Orlandi (2010). The theoretical discussion is based on materialist Feminist Epistemologies, especially Saffioti (2015) and Guillaumin & Tabet (2014); mediated to the universe of Artisanal Fishing by Leitão (2008, 2012, 2014, 2018) and in the field of Political Formation it is based on the foundations of Freire's Problematizer Education (1987, 1996). The data indicate that fisherwomen have been following paths of empowerment through dialogue with political formations, in a productive chain in which they were excluded and the target of various forms of invisibility.

Keywords: political training, empowerment, gender.

* Graduada em Serviço Social (UFPE). Mestra em Extensão Rural e Desenvolvimento Local (UFRPE). E-mail: maiadora39@gmail.com.

† Graduada em Arquitetura (UFPE). Mestre em Desenvolvimento Urbano (UFPE). Doutora em Estudos Iberoamericanos pela Universidad Complutense de Madrid (UCM). Investigadora visitante no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS). Pós-doutorado na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). E-mail: mrfaleitao@gmail.com.

Introdução

Esse artigo é fruto de uma pesquisa sobre Relações Sociais de Gênero e Formação Política: um estudo com pescadoras artesanais presidentas de Colônia em Pernambuco, defendida em agosto de 2019, para obtenção do título de mestra no Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local (POSMEX/UFRPE), da qual foi realizado um recorte metodológico que reduz o período de análise aos anos de 2004-2014. Esta escolha é justificada pela constatação de que, nesse período, houve uma maior concentração de contribuições no campo das Formações Políticas em Gênero para mulheres pescadoras em Pernambuco.

Esse estudo foi desenvolvido no Grupo de Pesquisa Desenvolvimento e Sociedade (GPDESO)³, vinculado ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico/Universidade Federal Rural de Pernambuco (GPDESO/CNPq/UFRPE), formado desde 2002.

Vale ressaltar que o POSMEX e o GPDESO apresentam uma trajetória significativa de produções de dissertações ancoradas em diversas categorias analíticas e em diálogo com a cadeia produtiva da pesca artesanal. São 10 (dez) dissertações defendidas, sobre mulheres e pesca artesanal em Pernambuco, no período de 2007 a 2018. As abordagens e metodologias destas pesquisas podem ser agrupadas em duas perspectivas: a) estudos sobre o cotidiano das mulheres pescadoras e b) políticas públicas na cadeia produtiva da pesca artesanal.

Resgatar a trajetória de vida destas mulheres significa dar visibilidade ao envolvimento das mulheres em atividades produtivas e reprodutivas. Segundo Leitão (2013), no curso da história, são constatadas as desigualdades entre homens e mulheres no que se refere à divisão sexual do trabalho e ao acesso a lugares de poder e decisão; e em se tratando de um território laboral com majoritário domínio masculino – como é o caso da pesca artesanal – é extremamente instigante e necessário buscar compreender, com o devido rigor científico, como se dão as relações de poder no campo das relações sociais de gênero.

Essa pesquisa é qualitativa e está fundamentada nas epistemologias feministas materialistas, para obter análise científica que considere o lugar da mulher nas relações de poder em uma sociedade com profundos traços patriarcais e gerida pela lógica de mercado (capitalista).

Nessa pesquisa partimos do marco regulatório publicado em junho de 2009, no qual são anunciados os seguintes parâmetros da denominada “Lei da Pesca” (Lei nº 11.959); entende-se que no Brasil existem dois tipos de pesca profissional, a saber:

- a) artesanal: quando praticada diretamente por pescador profissional, de forma autônoma ou em regime de economia familiar, com meios de produção próprios ou mediante contrato de parceria, desembarcado, podendo utilizar embarcações de pequeno porte. (BRASIL, 2009, Capítulo IV, Art. 8º, Inciso I);
- b) industrial: quando praticada por pessoa física ou jurídica e envolver pescadores profissionais, empregados ou em regime de parceria por cotas-partes, utilizando embarcações de pequeno, médio ou grande porte, com finalidade comercial. (BRASIL, 2009, Capítulo IV, Art. 8º, Inciso I).

Dentro deste universo da pesca artesanal, situamos as sujeitas de nossa pesquisa: as pescadoras presidentas de Colônia; contudo, historicamente, a pesca é uma atividade produtiva que revela grande poder dos homens no que se refere às relações de trabalho, considerando que, por muitos anos, a mulher pescadora foi totalmente excluída da legislação trabalhista deste setor produtivo, pois não eram consideradas trabalhadoras da pesca, sendo qualificadas, apenas, como ajudantes das atividades quer do pai, do irmão ou do marido (quando pescadores).

Contextualizando o cotidiano destas trabalhadoras, elas acumulam, muitas vezes, as atividades de coleta do pescado e/ou dos mariscos, beneficiamento e comercialização dos produtos, assumindo, também, outro trabalho “periférico”, também ligado à cadeia produtiva da pesca, no complemento do trabalho realizado por seus companheiros, pais e/ou irmãos: são tarefas, atividades e ações que antecedem o ato da pesca, como costurar e preparar a rede; lavar e organizar os utensílios para armazenamento do pescado; e outras que são realizadas depois da pesca, tais como desviscerar e armazenar no gelo o pescado; beneficiar e comercializar o produto etc. Ocupações que geralmente não são reconhecidas como “trabalho”

³ Pode-se consultar mais detalhes desse grupo no endereço eletrônico www.gpdeso.br.

e, conseqüentemente, podem não ser remuneradas. Como menciona Leitão (2008a, p.149):

Na pesca, um universo denominado de ‘masculino’, a relação de gênero reproduz as relações sociais de subordinação, semelhante à de outras instâncias da sociedade. Processo em que a desvalorização e muitas vezes invisibilidade do trabalho feminino, dificulta para as próprias mulheres, o reconhecimento de seu papel de sujeito nas relações sociais.

Neste contexto, os diversos aspectos relacionados às desigualdades de poder - nesta demarcada divisão sexual do trabalho - vivenciada por estas mulheres da cadeia produtiva da pesca, nos conduziu às Teorias Feministas Materialistas; com isso, evidenciamos o lugar teórico-político no qual desenvolvemos a pesquisa, sobretudo porque, sendo as mulheres, “sujeitos ocultos” (ou ocultadas) de nossa história (GOUVEIA, 2009), há de se considerar a necessidade de uma abordagem que problematize e reflita a partir “disto”, questões pertinentes à sociedade; e é nas Epistemologias Feministas que se encontram os elementos conceituais e teóricos que podem subsidiar uma análise científica que considere o lugar da mulher nas relações de poder em nossa sociedade de profundos traços patriarcais e gerida pela lógica do mercado (capitalista).

Sobre isso, no que se refere aos dados percentuais de homens e mulheres na categoria profissional de Pesca Artesanal, de acordo com Leitão (2012, p. 1),

No que diz respeito aos dados do Registro Geral da Pesca⁴ (RGP) até 31/12/2009, a Região Nordeste apresenta o maior número de pescadores do país, representa 43% do total [...], segundo Boletim estatístico da Pesca e Aquicultura no Brasil 2008-2009, existem em Pernambuco 14.452, 8.713 homens (60,3%) e 5.739 mulheres (39,7%).

Contudo, segundo a mesma autora, em pesquisa realizada em Pernambuco, seguindo o ritmo das marés, muitas vezes a jornada de trabalho destas mulheres inicia às 04 horas e termina às 23 horas. Esta rotina diária das pescadoras artesanais se divide em atividades laborais (produtivas) e atividades domésticas (reprodutivas) – estas últimas, não são compartilhadas com os companheiros – elas geralmente, realizam estas tarefas de forma simultânea e, mesmo assim, têm os seus trabalhos invisibilizados (ou diminuídos em seu valor social e material).

Desta forma, quando se trata de mobilização das mulheres pescadoras para se envolverem na vida política de sua categoria profissional, é preciso saber o quão, muitas vezes, o processo é lento e complexo. Como menciona Stadler (2014, p. 189):

A luta é primeiramente solitária. A identificação da falta de algo acontece antes no indivíduo para então encontrar outras pessoas carentes, com os mesmos tipos de serviço ou objetivo de vida. Assim, o coletivo forma-se pelo reconhecimento de que a vivência de uma pessoa cruza-se com a de outra por alguma necessidade em comum (identidade).

Quando trata de “identidade” enquanto categoria analítica, Rodrigues (2012, p. 140 *apud* POMPEU 2017 p. 95), afirma que “os saberes se relacionam a identidade por representar um conjunto de representações sociais em comum que possibilitam aos homens se integrarem em uma esfera coletiva”, como ocorre na Pesca Artesanal.

Uma marca muito forte entre as/os pescadoras/es artesanais é a questão identitária com suas práticas laborais (tradicionais), que influenciam (por vezes, até determinam) hábitos e/ou ritos sociais coletivos, os quais foram e são, historicamente, construídos e reproduzidos de geração em geração e nisto as mulheres pescadoras têm grande importância.

De outro giro, algo revelado em nossa pesquisa é que os processos de formação política com mulheres pescadoras causaram um impacto nas relações sociais de gênero - tanto no âmbito doméstico (em suas relações familiares e comunitárias), quanto nas relações políticas nas Colônias em que são representantes legítimas de sua categoria profissional.

Compreendemos o Processo de Formação Política no sentido que Paulo Freire (1996) reivindica - que o ser humano possui a qualidade inalienável de aprender tendo por referência sua cultura e condições materiais de vida, o que lhe dá a condição singular (a cada pessoa), de ter seu aprendizado, sua experiência no mundo e, conseqüentemente, sua transformação e mudança de sua realidade. Por suas palavras:

Mulheres e homens, somos os únicos seres que, social e historicamente, nos tornamos capazes de *aprender*. Por isso, somos os únicos em quem *aprender* é uma aventura criadora, algo, por isso mesmo, muito mais rico do que meramente repetir a *lição dada*. Aprender para nós é *construir*, reconstruir, *constatar para mudar*, o que não se faz sem abertura ao risco e à aventura do espírito. (FREIRE, 1996, p. 28)

⁴ Cabe esclarecer que segundo a Lei da Pesca mencionada, “RPG” significa Registro Geral da Atividade Pesqueira.

A partir das reflexões em tela, nos interessou mapear os processos de formação política vivenciados por mulheres pescadoras os quais foram planejados com o objetivo de refletir sobre as relações sociais de gênero e que tivessem sido estruturados a partir de uma proposta metodológica que permitisse uma reflexão crítica das pescadoras, enquanto mulheres e profissionais da pesca artesanal, considerando suas origens e referências culturais.

Assim, tendo como base nosso universo pesquisado, identificamos entre os anos de 2004-2014, duas experiências extremamente importantes: o Programa Chapéu de Palha Pesca Artesanal (PCPPA) situado política e metodologicamente no Programa Chapéu de Palha Mulher (PCPM) e desenvolvido por duas (2) secretarias do governo do estado de Pernambuco - a SecMulher e a SARA⁵ -; e os editais de projetos apresentados e desenvolvidos pelo Grupo de Pesquisa Desenvolvimento e Sociedade (GPDESO), vinculado ao Departamento de Pós-graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local (POSMEEX) da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE).

Dito isso, iremos discorrer sobre os conceitos e referências teóricas que utilizamos para embasar nosso estudo, depois, apresentaremos o universo pesquisado, com os dados das formações realizadas pelo GPDESO/POSMEEX/URFPE e pelo PCPPA/PCPM da SecMulher do governo do estado de Pernambuco; em seguida falaremos sobre o percurso metodológico e a análise dos dados desta pesquisa pautada a partir de Orlandi (2006, p. 24), que teorizou sobre “análise de discurso” reivindicando ser a capacidade de “*explicar como um objeto simbólico produz sentidos*” para um sujeito.

Destacamos a importância de conhecer a experiência das pescadoras presidentas como exercício de investigação, já que a análise do discurso trabalha com os sujeitos “*materialmente constituídos por suas relações com a sociedade e a história*” (ORLANDI, 2006, p. 28). Dessa maneira, verificar através das entrevistas a relação do discurso com a realidade vivenciada, foi fundamental para identificar a relação

dos depoimentos colhidos com o empoderamento, mediado pelos processos de formação política das pescadoras.

Assim, concordamos com Sardenberg (2006, p.2) ao afirmar que para as feministas, o empoderamento de mulheres significa

o processo da conquista da autodeterminação [...] ao mesmo tempo, de um instrumento/meio e um fim em si próprio. O empoderamento das mulheres implica, para nós, na libertação das mulheres das amarras da opressão de gênero, da opressão patriarcal.

O processo de libertação de algumas opressões das mulheres trabalhadoras da cadeia produtiva da pesca artesanal, estão numa determinada temporalidade, sistematizadas na sequência deste texto, com três mulheres que ocuparam a presidência de Colônias de Pesca em três territórios específicos e que colaboraram com este trabalho.

Formação política e gênero: aproximações teórico-metodológicas nos Processos de Formação Política para Pescadoras Artesanais

Importante ressaltar que o sentido teórico-político de “Gênero” está em disputa dentro do próprio Movimento Feminista mundial até hoje, bem como, dentro da academia, onde é possível identificar muitas perspectivas para se compreender as relações (de poder) entre homens e mulheres no mundo. Em relação à compreensão que temos sobre feminismo⁶, como menciona Silva (2010, p.11):

Entendemos feminismo como pensamento crítico e como ação política, daí a importância da formação de mulheres capazes de transformar o conhecimento existente sobre nós mesmas e sobre a realidade, mas também capazes de ações coletivas impulsionadoras de mudanças na situação social das mulheres e na sociedade como um todo.

Dentro desse debate, no que se refere à definição de Gênero, nos termos de Santos (2013, p.29), a utilizaremos enquanto categoria histórica e analítica para compreender “*as desigualdades e segregação [da mulher pescadora] como resultados da construção social e histórica do papel de gênero*”. É neste debate

⁶Diante de todo entendimento empírico equivocado que se atribui a esse verbete, faz-se fundamental registrar nossa referência, apesar de não ser o Movimento Feminista foco de nossa pesquisa. Para saber mais consultar ÁVILA, Betânia. Feminismo e sujeito político. In: FERREIRA, Verônica; SILVA, Carmen; ÁVILA, Betânia. Mulher e Trabalho. Recife: SOS Corpo, 2005.

⁵ O PCPPA foi fruto de um diálogo da SecMulher do governo do estado com a Secretaria de Agricultura e Reforma Agrária (SARA); para aprofundar o tema consultar a dissertação de SANTOS (2017).

que se situa a discussão sobre a divisão sexual do trabalho entre homens e mulheres, na qual se reserva, culturalmente, à mulher, o trabalho reprodutivo vinculado à manutenção da vida, não remunerado, e que se dá no âmbito doméstico; enquanto para o homem se vincula a esfera produtiva, do trabalho remunerado, no ambiente público.

Sobre o trabalho reprodutivo, Ávila (2012 p.40), ao citar Kergoat (1998), chama a atenção para a necessidade do trabalho doméstico na dinâmica de sobrevivência do sistema capitalista. Trata-se de uma apropriação do trabalho de reprodução social sem custo para o capital. Apesar de também ser extremamente necessário à sustentação do trabalho produtivo (que gera mercadoria, mais valia para o sistema capitalista), sequer é considerado como trabalho e, majoritariamente, é executado por mulheres, como acusa Kergoat (*apud* ÁVILA, 2012 p.41), “*a divisão sexual do trabalho atribui aos homens o trabalho produtivo e às mulheres, o reprodutivo, confere também uma ordem hierárquica do primeiro sobre o segundo*”.

E ainda, como ratifica Guillaumin (2014, P.35),

São as mães, irmãs, avós, filhas, tias, etc., que não assinaram nenhum contrato individual com o esposo, ‘o chefe de família’, que contribuem para o sustento e a conservação de seus bens, vivos ou não, deste último. [...] Sempre e em toda parte, tanto nas circunstâncias mais ‘familiares’ como nas mais ‘públicas’, espera-se que as mulheres (a mulher, as mulheres) façam a limpeza e a arrumação, vigiem e alimentem as crianças, varram ou façam o chá, lavem a louça ou atendam ao telefone, costumem o botão ou escutem as vertigens metafísicas e profissionais dos homens etc.

Sobre essa reflexão, Leitão (2008a, p. 152), em uma de suas pesquisas, expõe alguns relatos de mulheres pescadoras sobre dificuldades para exercerem suas atividades enquanto profissionais de pesca artesanal:

os obstáculos, novamente eles se restringem a esfera do doméstico, algumas dificuldades enumeradas foram a concretização do casamento, considerando que a virgindade, a etnia, as condições econômicas, etc., delimitam, através de um conjunto valores, os espaços que as pessoas devem ocupar na sociedade.

Nesse mesmo estudo, a autora traz à baila contextos de opressão vivenciados por mulheres (nesse caso, pescadoras artesanais), exemplificando com alguns depoimentos: “*a mulher tem que fazer tudo mesmo doente, em cirurgia, em parto, na menstruação... inclusive lembram um ditado popular que afirma mulher é como cachimbo é pra levar fumo*” (LEITÃO,

2008a, p.153). Essa é a fala de uma pescadora ouvida na referida pesquisa.

Assim, as mulheres pescadoras, por conta destes determinantes históricos e culturais acerca das relações sociais de gênero, sofrem direta influência em suas atividades produtivas, sendo, em sua maioria, pescadoras de pequenos moluscos e marisqueiras, pois precisam estar sempre no entorno da casa para acompanhar seus/as filhos/as e garantir a manutenção das atividades do lar; desta maneira, são elas também, fortes responsáveis pela reprodução dos “bens imateriais” da pesca artesanal, repassando essa tradição por gerações. Como comenta Silva (2017, p. 62),

na descrição do cotidiano dessas comunidades, destaca-se o papel do trabalho das mulheres na realização e perpetuação da prática laboral tradicional. E, por último, verificada a importância do trabalho das mulheres, encerra-se com a perplexa conclusão da dificuldade enfrentada pelas pescadoras no reconhecimento de sua condição de profissional da pesca artesanal.

Em se tratando de mulheres pescadoras, enquanto profissionais e sujeitas oprimidas nessa nossa sociedade, o processo de reconstrução da identidade e conscientização (política) pessoal, muitas vezes precisa ser suscitado; pois a ruptura de uma situação de opressão por parte da/o sujeita/o oprimida/o, passa por processos subjetivos e materiais, como comenta Silva (2010, p. 11-12), ao tratar de processos de Formação Política para mulheres, à luz das epistemologias feministas:

Tanto a pedagogia feminista quanto a pedagogia freireana apontam as necessidades urgentes de transformações estruturais, tanto no campo econômico como cultural e veem na “ação-político-educacional como um processo, que não se inicia nem se encerra como uma atividade específica.

Ao citar a “pedagogia freireana”, a autora se refere ao educador Paulo Freire que teorizou sobre Educação numa perspectiva histórica, crítica, libertadora, democrática, humanista, dialógica e, por isso, política. Nos próprios termos de Freire (1996, p. 28),

toda prática educativa demanda a existência de sujeitos, um que, ensinando, aprende, outro que, aprendendo, ensina, daí o seu cunho gnosiológico; a existência de objetos, conteúdos a serem ensinados e aprendidos; envolve o uso de métodos, de técnicas, de materiais; implica, em função de seu caráter *diretivo*, objetivo, sonhos, utopias, ideais. Daí a sua *politicidade*, qualidade que tem a prática educativa de ser *política*, de não poder ser neutra.

Desta maneira, nos interessa dialogar sobre Educação na perspectiva Problematizadora de Paulo Freire, porque é a partir dessa concepção que se fundamenta o sentido de Formação Política que abordamos neste

estudo, o qual se fundamenta, também, numa perspectiva pedagógica crítica no campo de gênero.

No entanto, os processos de Formação Política pautados na educação popular⁷ e numa perspectiva crítica de gênero não acabam na fase da reflexão; possuem, também, um forte caráter transformador, sobretudo, por conta dessa mesma crítica que traz, em seu bojo, uma inquietação pela mudança – dado o processo de conscientização dos mecanismos de opressão que existem -, no caso em que nos atemos nesse estudo: nas relações sociais de gênero. Como menciona Freire (1987, p.72), quando escreve sobre a relação dialética entre “teoria e prática”, em uma de suas passagens em Pedagogia do oprimido; discorre: “[...] a práxis, como teoria do fazer, não estamos propondo nenhuma dicotomia de que se resultasse que este fazer se dividisse em uma etapa de reflexão e outra, distante, de ação. Ação e reflexão e ação se dão simultaneamente”.

E neste processo de fortalecimento político, no caso em tela, da mulher pescadora, que ela passa por um processo de empoderamento diante de sua realidade. Sobre empoderamento apontamos dois conceitos que são úteis à nossa pesquisa: Camurça (2010 p. 73) aponta:

Optamos por uma outra compreensão sobre poder, entendido não como algo que se possui, mas como relação social, ou seja, poder compreendido componente das relações sociais nas quais as mulheres ocupam lugares subordinados e contra os quais elas precisam lutar e efetivamente lutam, com menos ou maior sucesso a depender da correlação de forças de cada conjuntura.

Este primeiro conceito dialoga diretamente com o que apresentaremos abaixo e que também nos remete ao espaço público, onde se dão as relações políticas institucionais; assim, nos termos de Farah (2004 p. 58 *apud* LEITÃO 2014, p. 209) empoderamento seria uma

Abertura de espaços de decisão à participação das mulheres, de modo a garantir que estas interfiram de maneira ativa na formulação e na implementação de políticas públicas. Criação de condições de autonomia para as mulheres, de forma que estas passem a decidir sobre suas próprias vidas, envolvendo, portanto, mudanças nas relações de poder nos diversos espaços em que estão inseridas.

Afunilando este debate para pesca artesanal, nossas entrevistadas são hoje presidentas de Colônias de Pescadoras/es⁸, contudo, houve grandes enfrentamentos no campo das relações de gênero para que pudessem representar suas Colônias e terem o

direito de sua fala pública. Esse processo de empoderamento da mulher pescadora se relaciona diretamente com as conjunturas que existiam no dado momento histórico que viviam; assim como, a oferta de processos formativos no campo de gênero.

Considerando estes conceitos, fica evidente que um processo de empoderamento de mulheres passa por tensões e enfrentamentos; não é “dado”, mas sim, conquistado pelas sujeitas, neste caso, oprimidas pelas relações de poder que envolvem homens e mulheres em nossa sociedade.

Dessa feita, é clara a importância histórico-política da educação popular quando utilizada nos processos de Formação Política para mulheres, no sentido de ruptura com a alienação crítica e opressões expressas nas relações sociais. Sobre isso, ainda disserta Freire (1996, p.31):

É a partir deste saber fundamental: *mudar é difícil, mas é possível*, que vamos programar nossa ação político-pedagógica, não importa se o projeto com o qual nos comprometemos é de alfabetização de adultos ou de crianças, se de ação sanitária, se de evangelização, se de formação de mão-de-obra técnica.

A ruptura de conjunturas que oprimem as mulheres nas relações sociais de gênero, historicamente se deu, pelas próprias mulheres – considerando que só a própria sujeita é capaz de fazer sua autocrítica, bem como, porque só interessa à/ao sujeita/o oprimida/o a ruptura de uma situação de dominação/opressão. Contudo, como vimos nas notas sobre empoderamento, uma conjuntura favorável pode impulsionar esse processo de empoderamento; como tratamos aqui de processos de formação política, promovendo ações, atividades e projetos que ofereçam uma ambiência para reflexões críticas.

Apresentação das mulheres pescadoras e o lugar das colônias em que são presidentas

Colônia Z – 09

Endereço: Praça Constantino, nº23, Centro.

Presidenta: Enilde Lima Oliveira

Município: São José da Coroa Grande

Situada nesta cidade, a Colônia Z – 09 foi fundada em abril de 1922 pela Capitania dos Portos, possuindo sede própria desde 1955 e, segundo Enilde, a

⁷ Ou educação problematizadora, como já dissemos.

⁸ Para saber mais sobre a experiência de mulheres pescadoras no poder em presidências de Colônias, ler Leitão (2018).

construção da sede foi realizada com recursos próprios das/os associadas/os da época. Hoje conta com 1.150 pescadoras/es associadas/os, sendo deste total, 50% mulheres e 50% homens, aproximadamente.

A Colônia Z – 09 oferece serviços de atendimento direto ao público associado, podendo ser agendado de segunda à sexta-feira pessoalmente pelas/os pescadoras/es, pois a entidade não possui telefone fixo.

Dentre os principais serviços estão, segundo as palavras de Enilde, “*contagem do tempo de pesca para a aposentadoria; encaminhamento para o INSS; cadastro do Seguro Defeso para quem pesca lagosta e oferece ações do Programa Chapéu de Palha*”. A referida presidenta falou que, apesar de nunca deixarem de pescar, a suspensão do RGP acarretou muita insatisfação e desânimo por parte da comunidade pesqueira local.

A Colônia Z – 09 não desenvolve nenhum projeto próprio, apenas administra a fábrica de gelo e a câmara fria que podem produzir e acondicionar até 10 toneladas de gelo, fazendo a distribuição entre as pescadoras/es locais.

Colônia Z – 25

Endereço: Rua Nossa Senhora de Fátima, nº314, Piedade.
Presidenta: Maria Aparecida Santana
Município: Jaboatão dos Guararapes

A Colônia Z – 25 fica situada no coração comercial de “Jaboatão Novo” – como chamam as/os cidadinas/os se referindo à região da cidade mais próxima da faixa litorânea. Não possui telefone fixo, mas as comunicações institucionais são realizadas e registradas pelo e-mail da Colônia⁹. Os serviços e informações podem ser acessados diretamente na sede, de segunda à sexta-feira em horário comercial.

Segundo Maria Aparecida (Cida), a Colônia possui pelo menos 2 datas de fundação, pois existem registros na Capitania dos Portos que antes sua numeração era Z – 07, funcionando em outro endereço, mas atendendo ao mesmo público jaboatonense.

A data oficial de fundação da Colônia enquanto Z – 25 consta em ata institucional de agosto de 1999, iniciando seus primeiros cadastros de associados um ano depois. Desde dezembro de 2016 a Colônia possui sede própria. De acordo com Cida, o recurso para

compra da sede foi proveniente de duas compensações ambientais.

A Colônia hoje conta com 400 associadas/os, das/os quais em torno de 150 são mulheres. Entre os serviços oferecidos, estão: plantões diurnos em dias de segundas e terças-feiras; atualização de dados cadastrais, assembleias mensais, orientação e manutenção dos documentos necessários; agendamento e encaminhamento junto ao INSS para entrada na aposentadoria e ao seguro Defeso; utilização do espaço da Colônia para reuniões de/com Movimentos Sociais como a União Brasileira de Mulheres (UBM), Fórum de Segurança Alimentar do município e do Coletivo Lobas do Mar o qual vem desenvolvendo uma série de atividades em parceria com a Colônia, a exemplo do Cine Club Debate que será iniciado no mês corrente¹⁰.

Colônia Z – 10

Endereço: Rua Dr. José Gonçalves, nº 87, Centro.
Presidenta: Joana Rodrigues Mousinho
Município: Itapissuma

A Colônia Z – 10 fica situada hoje próxima ao canal de Santa Cruz e foi fundada em novembro de 1927 pela então Capitania dos Portos, como de praxe à época. Segundo Joana – que não soube informar precisamente o ano em que a Colônia começou a ter sede própria – foi através de recursos doados pela igreja católica alemã, representada pelo Frei Alfredo do CPP, que houve a construção da sede da Colônia Z – 10 entre os anos de 1982 e 1984, em terreno cedido pelo município de Itapissuma.

Segundo Joana, hoje a Colônia tem em torno de 1.800 associadas/os, sendo a maioria mulheres e, oferece os serviços de: defesa dos direitos sociais e previdenciários das/os pescadoras/es; promove discussões na sede sobre questões de saúde (para prevenção de doenças laborais, principalmente para as mulheres pescadoras); agenda perícia no INSS e organiza a condução para levar as/os pescadoras/es; presta assessoria jurídica (quando necessário) e preenche os formulários e declarações referentes à previdência das/os associadas/os. Tais serviços podem ser agendados por telefone fixo¹¹ ou diretamente na sede.

Abaixo segue uma apresentação com os dados gerais sobre as PPs (Quadro 1), tais como idade, raça e

¹⁰ Julho de 2019.

¹¹ A saber: 3548.1998

⁹ A saber: coloniaz25pe@hotmail.com

espaços de representação política enquanto presidentas de suas Colônias.

do GPDESO/POSMEX/UFRPE em diversas parcerias: Secretaria Especial de Políticas para

Quadro 1. Perfil das Pescadoras Artesanais Presidentas

Nome	Idade	Raça	Nível Escolar	Mandato como presidenta	Representações Institucionais	Cargo político
Joana	62	Negra	Médio	Primeira Gestão de 1989/1993 ¹² ; gestão atual de 2017/2019	Comissão Permanente de Trabalhadoras Rurais da Sec da Mulher estadual; Secretaria Nacional da AMP; CPP regional NE; Movimento de Pescadores e Pescadoras de PE; conselheira titular da Comissão da Lei da Pesca; Conselheira do APA de Santa Cruz; Comitê da APAC metropolitana	Nenhum
Aparecida	46	Negra	Médio	Primeira Gestão de 2013/2017 e segunda gestão de 2017/2021	Comitê Estadual Metropolitano Sul de Bacia Litorânea; Comissão de Saúde do Trabalhador do CEREST ¹³ ; Coordenadora da AMP/PE; Conselho da Mulher de Jaboatão; Conselho Municipal de Saúde; Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional; Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural de Jaboatão; AMP, UMB	Nenhum
Enilde	53	Negra	Médio	Primeira Gestão de 2010/2014; segunda gestão de 2014/2018; hoje está como Primeira Secretária	Articulação de Mulheres Pescadoras de PE; CPP regional NE; Movimento de Pescadores e Pescadoras de PE	Vereadora mandato de 2016/2020

Fonte: dados da pesquisa

Descrição Dos Processos Formativos

Antes de iniciarmos a descrição dos processos formativos que nos propomos neste artigo, é importante informar que no período anterior ao recorte definido nessa pesquisa, uma importante experiência formativa foi desenvolvida pelo Conselho Pastoral da Pesca, através da religiosa conhecida por irmã Nilza; trabalho iniciado na década de 1970 e orientado pelos princípios da teologia da libertação, cujo resultado para as mulheres pescadoras (inicialmente de Itapissuma/PE e depois para todas do Brasil), significou o acesso ao RPG e à eleição da primeira mulher presidenta de Colônia de Pescadoras/es.

Com o devido registro acima, gostaríamos de continuar: do período de 2004 a 2014 algumas formações e eventos voltados para mulheres pescadoras foram organizados e oferecidos pela equipe

Mulheres da Presidência da República; Ministério da Pesca e Aquicultura; Ministério do Desenvolvimento Agrário; Ministério do Desenvolvimento Social; CAPES e CNPq e com o governo do estado de Pernambuco à época. Sobre o papel fundamental da Universidade enquanto fomentadora de discussões e debates que favoreçam o acesso ao conhecimento por parte de toda população, indiscriminadamente, Leitão (2008a, p. 154), no que se refere às demandas das mulheres, problematiza:

As resistências são de diversas ordens, oriundas desde o mundo técnico científico ao senso comum. [...] Neste contexto, para evitar a reprodução da desigualdade, faz-se necessário questionar sobre: quais são os mecanismos que convertem as demandas das mulheres em demandas da sociedade em geral; quais os discursos que legitimam ou deslegitimam as demandas femininas; quais são os mecanismo, os autores e estratégias que promovem certos temas no debate político e nas políticas públicas; por fim, quais são os mecanismos de participação e empoderamento das mulheres no desenvolvimento local.

Desta maneira, quando a Universidade (sobretudo, a pública) abre espaço para promover ações e atividades pautadas diretamente com/para as mulheres, no caso em comento, mulheres pescadoras, cumpre, nos termos de Freire (1989), sua função política de democratização dos espaços de formação/educação.

¹² Joana informou que por duas eleições, não se candidatou como presidenta, apenas como membra da diretoria; mas, não recorda quais os períodos/anos; bem como não recorda os outros anos que esteve à frente como presidenta; e ressaltou que os mandatos eram de 4 anos, mas agora são de 2.

¹³ Centro de Referência de Saúde do Trabalhador do Estado

Dito isso, a seguir listamos os números dos editais e/ou nomes dos projetos desenvolvidos pela Universidade Federal Rural de Pernambuco através do GPDES/OSMEX, junto às Colônias de Pescadoras/es no litoral e no sertão pernambucano: Edital MCT/CNPq/PR-SMP 45/2005 - Relações de Gênero, Mulheres e Feminismos, com o projeto Conflitos de Gênero no Cotidiano da Comunidade Costeira: A Ver- o- Mar; MCT/CNPq 029/2009 - Seleção Pública de Propostas de Pesquisa, Desenvolvimento Científico e Extensão Tecnológica para Inclusão Social. Tema 1: Catadores de Materiais Recicláveis; Edital MCT/MDS-SAGI/CNPq nº 36/2010 Seleção Pública de Propostas de Estudos e Avaliação das Ações do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. TEMA 4: Inclusão Produtiva; Edital MCT/CNPq/SPM-PR/MDA Nº 020/2010 – Seleção pública de propostas para pesquisas em temas de Relações de Gênero, Mulheres e Feminismos. A Categoria 1; Chamada MCTI/CNPq/SPM-PR/MDA Nº 32/2012 - A Categoria 1; 8932 Apoio a Iniciativas de Prevenção à Violência contra as Mulheres. Projeto: Gênero, Raça e Pesca: o trabalho de marisqueiras no litoral Sul de Pernambuco CONVÊNIO Nº 0172/2008 – SPM/PR; [EDITAL nº 01/2013 Autonomia Econômica e Políticas para o Trabalho das Mulheres](#). Programa 2016 – Políticas para as Mulheres: Promoção da Autonomia e Enfrentamento à Violência.

Desenvolvemos também as seguintes ações: Ação orçamentária 210A – Promoção de Políticas de Igualdade e de Direitos das Mulheres. Temática 2- Fortalecimento da Participação de Mulheres nos Espaços de Poder e Decisão. Projeto NÚCLEO DE PESQUISA-AÇÃO MULHER E CIÊNCIA; PROEXT2010 - Linha Temática 3: Pesca artesanal e aquicultura familiar. Universidade Federal Rural de Pernambuco; PROEXT2011 Linha Temática 13: Mulheres e relação de gênero. Classificado e contemplado com recursos: Ações para Consolidar a Transversalidade de Gênero nas Políticas Públicas para o fortalecimento da rede - Articulação de Mulheres Pescadoras de Pernambuco; PROJETO MPA- Ações para consolidar a Transversalidade de Gênero nas Políticas Públicas para a Pesca e aquicultura do MPA - Convênio 078/2009 entre MPA e FADURPE; PROJETO MDA - Contrato: 0309.541-78/2009/MDA/CAIXA, “Transferência de recursos financeiros da União para a execução de fortalecer a organização produtiva de mulheres rurais” e PROJETO DE PESQUISA ICS/PT: Gênero e Pesca: uma abordagem comparada de contextos portugueses e brasileiros. Estágio de Investigadora Visitante,

Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa/Portugal.

Uma das marcas presentes nos projetos apresentados pelo GPDES/OSMEX/UFRPE ao final de suas execuções, era a produção de algum material pedagógico¹⁴, confeccionado em conjunto com as pescadoras que participavam dos processos formativos.

Outro dado importante que apontamos é o depoimento de Cláudia Maria de Lima, socióloga que figurou como educadora nos projetos que contemplaram os estados de Santa Catarina, Paraíba, Ceará, Pará e Pernambuco; aqui, abrangeu o litoral Norte e Sul; Sertão e Região Metropolitana entre os anos de 2008 e 2013; no que tange à forma como eram oferecidas essas Formações às mulheres pescadoras, ela informou: “*Trabalhamos com a abordagem construtivista/problematizadora (relação horizontal, dialógica) e enfatizamos os grupos focais como estrutura principal para dialogarmos nas problemáticas: ouvindo o relato das mulheres pescadoras e baseado nesses relatos, construímos o cotidiano das vidas dessas mulheres e organizamos um verdadeiro acervo que possibilitou a construção de um material¹⁵ riquíssimo baseado na vida dessas mulheres.*” (Cláudia)

Ou seja: a perspectiva pedagógica da Educação Popular estava presente nos processos formativos oferecidos pelo GPDES/OSMEX/UFRPE, sempre à luz de uma reflexão crítica acerca das relações sociais de gênero, sobretudo, no campo laboral.

Sobre as dificuldades das pescadoras de participar dos processos formativos, como podemos ver, novamente, no depoimento de Cláudia: “*Para muitas, falar em público era uma dificuldade, expor suas vidas, os atos violentos sofridos, a fome e a própria dificuldade de ser mulher na pesca. Esse fato foi que evidenciei como sendo principal dificuldade para algumas mulheres... o falar.*” (Cláudia)

Desta forma, os projetos ofereceram conteúdos que refletiram sobre a realidade das pescadoras com uma visão crítica sobre as relações sociais de gênero, foi extremamente importante no processo de fortalecimento destas mulheres para se enxergarem enquanto sujeitas políticas. Sobre os conteúdos dos processos formativos oferecidos pelo GPDES/OSMEX/UFRPE, ela diz: “*Em relação às*

¹⁴ Foram ao todo 5 (cinco) cartilhas: Pesca & Gênero: O papel da mulher no desenvolvimento local. 2008; 30 anos de Registro de Pesca para as mulheres. 2010; Gênero e Pesca Artesanal. 2012 Gênero, Raça e Pesca: Produção e Articulação das pescadoras de Pernambuco. 2014; Mulher e Poder, disponível em <http://gpdeso.com/wp-content/uploads/arquivos/cartilha-mulher-e-poder.pdf>. Também foram publicadas em CD-ROM 4 (quatro) radionovelas são versões em áudio das cartilhas publicadas em 2008, 2010 e 2012 e uma quarta sobre a previdência social.

¹⁵ Cláudia se refere aqui às Cartilhas e Radionovelas.

questões de gênero, foram trabalhados, os conceitos básicos referentes a gênero (empoderamento) como também políticas públicas e saúde da mulher. Todos foram de suma importância, pois as temáticas estavam interligadas, fazendo com que as mulheres pescadoras pudessem entender os conteúdos e a sua figura enquanto atores sociais” (Cláudia).

Na sequência, como mencionamos na introdução deste artigo, outro importante acontecimento no campo das formações para mulheres pescadoras, foi a criação do Programa Chapéu de Palha Mulher (PCPM)¹⁶ do governo do estado de Pernambuco, o qual obteve um lugar de destaque para as pescadoras, a partir de 2012, com a Lei 14.492/11, promulgada pelo então governador Eduardo Campos, criando assim, o Programa Chapéu de Palha Pesca Artesanal (PCPPA), que passou a atender as pescadoras artesanais do litoral e do interior do estado de Pernambuco. O PCPPA, a partir do PCPM, contou com a fundamental contribuição de ONGs do campo feminista, desde o processo de planejamento e estruturação das Formações para/com as pescadoras, até a execução desses processos formativos.

Entre os anos de 2007 e 2017 foi realizado um balanço das ações desenvolvidas neste período pelo PCPM, que resultou em uma publicação do governo do estado de Pernambuco; segundo essa publicação, as formações do PCPPA foram desenvolvidas em equipamentos públicos estaduais e/ou municipais, como escolas e postos de saúde de suas comunidades, para facilitar o acesso das pescadoras, bem como, foram planejadas pedagogicamente sob os parâmetros da educação popular, como aponta a publicação:

A metodologia interliga-se com o conceito de educação popular de Paulo Freire e o Feminismo. Os planos de aulas elaborados consideram a dinâmica de vida e de trabalho das mulheres, utilizando-se de técnicas capazes de inseri-las como sujeitos do processo de empoderamento (PERNAMBUCO, 2017, p. 20-21).

A seguir, destacamos os eixos temáticos dos processos formativos¹⁷ oferecidos pelo PCPPA realizados junto às pescadoras artesanais: Identidade da mulher rural;

¹⁶ O Programa Chapéu de Palha Mulher atendeu durante 11 anos, mulheres rurais da Zona Canavieira e da Fruticultura Irrigada do Vale do São Francisco e, a partir de 2012, pescadoras; o PCPM que orientava o PCPPA, tinha cinco eixos estratégicos, dos quais destacamos quatro: Política de Formação em Gênero e de Apoio às Mulheres na Produção de Conhecimento, Cultura e Esportes; Política de Enfrentamento da Violência de Gênero e Ações de Apoio à Saúde; Política de Valorização do Trabalho e do empreendedorismo das Mulheres e Política de Empoderamento das Mulheres, Municipalização e Interiorização das Ações de Gênero, (PERNAMBUCO, 2017, p.3-4).

¹⁷ Pernambuco, 2017 p.19. Para saber mais, consultar portal do governo do Estado de Pernambuco, SecMulher, o link *Livros*

Políticas Públicas de Saúde, Educação, Cultura, Lazer, Assistência e Previdência Social; Enfrentamento da Violência contra as Mulheres; Geração de Renda; Planejamento e Avaliação de Políticas Públicas; Gênero, Raça e Etnia; Inserção em Atividades Produtivas e no Mercado de Trabalho; Feminismo; Luta por Direitos das Mulheres; Relação Estado – Sociedade Mulheres e Poder; Mulheres e Participação Política; Empreendedorismo e Economia Solidária; Autonomia Econômica e Financeira para Mulheres; Autocuidado; Direitos Sexuais e Reprodutivos; Doenças Sexualmente Transmissíveis; Feminização da AIDS; Relações Interpessoais e Direito Ambiental.

No que se refere às entidades responsáveis por estes processos formativos do PCPPA, dentre as 14 (quatorze) envolvidas, todas apresentavam o tema Gênero ou Mulheres como eixo estruturante de suas ações e atividades, dentre as quais, algumas delas, eram declaradamente do campo feminista e/ou vinculadas a algum Movimento de Mulheres; estão elas aqui listadas: Associação Comunitária do Sítio Alto do Morcego (OÁSIS), Associação Comunitária Rural Lourenço Gomes Da Silva, Associação das Mulheres de Caricé (AMC), Associação do Conselho Comunitário de Solidariedade e Cidadania (SOS COMUNIDADE), Associação Renascer do Sítio Angélica, Casa da Mulher do Nordeste (CMN), Centro de Desenvolvimento e Cidadania (CDC), Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE), Grupo Curumim Gestação e Parto, Instituto Diversidade, Gênero e Educação (IDGE), Instituto Ensinar de Desenvolvimento Social (IEDES), Movimento da Mulher Trabalhadora Rural do Nordeste (MMTR-NE) e Soro positividade, Comunicação e Gênero (GESTOS).

Acerca da importância da contribuição destas entidades situadas no campo de luta pelos direitos das mulheres, em processos pedagógicos que possibilitem a reflexão crítica sobre as relações de poder em nossa sociedade, Silva (2010, p. 8) pontua:

O ambiente pedagógico criado em um processo formativo com integrantes de movimentos sociais, a partir da concepção de formação feminista com a qual trabalhamos, propicia-nos um espaço político diferenciado que possibilita a reflexão calcada nas experiências teórico-políticas de quem busca compreender um problema que considera injusto, com o intuito de provocar mudanças, no caso, o Movimento de Mulheres.

Desta forma, acreditamos ter sido imprescindível a presença das ONGs do campo feminista ou do Movimento de Mulheres nos momentos de

planejamento e execução das formações junto às mulheres pescadoras no sentido de garantir “a crítica feminista” acerca das relações de poder entre homens e mulheres dentro do universo da pesca artesanal.

Caminho metodológico e análise dos dados

O posicionamento teórico-metodológico que orienta essa pesquisa se refere à análise dos dados - que faremos utilizando “Análise de Discurso”. Sobre isto, é importante que se compreenda “o discurso” consubstanciado na fala e em determinado momento histórico; desta forma, há de se considerar os determinantes materiais e simbólicos que compõem “o discurso” em questão, como as relações de poder e as ideologias que permeiam a relação entre “o sujeito” que discursa e seu contexto social.

Segundo Orlandi (2006), o “discurso” é resultado de uma relação dialética entre sujeitos que, necessariamente, se afetam no campo simbólico. Para análise de discurso o sujeito do discurso é, segundo Pêcheux (1975 *apud* ORLANDI 2006), quem sintetiza e expressa simbólica e ideologicamente um determinado grupo, considerando o que Althusser (1973, *apud* ORLANDI, 2006, p.18) denominou de “forma-sujeito”: aquele que não é identificado como “originado de si mesmo”.

Assim, para efeito desse estudo, foi considerado “o discurso” das pescadoras presidentas, as quais foram entrevistadas durante o itinerário de pesquisa, configurando-se enquanto “sujeitos de discurso” desse trabalho.

Considerando o que foi exposto acima, as três pescadoras que participaram dessa pesquisa seriam essa “forma-sujeito”, já que representam um grupo maior de mulheres pescadoras e, ao mesmo tempo são as representantes legítimas do coletivo de pescadoras/res associadas/os às Colônias em que cumprem seus mandatos como presidentas. Para isso, estas pescadoras artesanais presidentas, cumpriram os seguintes critérios mínimos: a) serem filhas de pescador/a; b) serem as atuais presidentas de suas Colônias eleitas por voto direto; c) representarem

pescadoras/es artesanais do litoral/setor¹⁸ norte, litoral/setor sul e Núcleo Metropolitano (RMR); d) possuírem assento na Articulação Nacional de Pescadoras Artesanais do Brasil.

A entrevista elaborada foi semiestruturada, com quatro blocos de perguntas: a) identificação; b) história da Formação Política; c) vida de Presidenta de Colônia d) contribuições da Presidenta. Ainda sobre o processo de análise, apresentaremos os depoimentos das pescadoras presidentas como PP1, PP2 e PP3, no sentido de preservar suas identidades.

É possível notar uma estreita relação entre a concepção metodológica desse estudo e a técnica utilizada para apreciar os dados colhidos, qual seja, entrevista; cabendo ainda o registro que nossa análise se pautará pelas teorias feministas, como anunciado na introdução desse trabalho; cabe ainda dizer que, todas essas abordagens teórico-metodológicas científicas (acrescentando a concepção de Educação Problematizadora), têm um elemento mediador comum: a historicidade, o que nos é extremamente caro para nossa análise e notas conclusivas.

Análise dos Dados da Entrevista e Dados Secundários

Sobre os processos formativos oferecidos pela Universidade, destacamos das entrevistas duas passagens nas quais elas apontam as contribuições dos cursos e espaços de formação itinerantes que se estabeleceram a partir de projetos propostos pelo GPDES/POSMEX/UFRPE: “Nossa... eu era tão ignorante sobre a compreensão do que é ser feminista. Se alguém me perguntava se eu era feminista, eu dizia não, eu gosto de homem (risos). Era... eu era muito ignorante... como eu fui participando dessas formações, hoje eu sou outra, hoje eu me considero uma mulher politizada...” (PP1); “Eu sou secretária nacional da AMP desde 2005. A gente fazia junto com a professora Rosário, com o grupo de meninos da faculdade, um trabalho de capacitação muito bom com as Colônias do agreste, sertão, do litoral todo... tinha recurso pra isso... mas, acabou tudo!” (PP2)

É possível identificar grande contribuição do GPDES/POSMEX, principalmente no impulso para mobilização e organização das pescadoras nas suas respectivas Colônias, bem como, de promoção de verdadeiros intercâmbios intermunicipais, entre

¹⁸ “Setor” e “Núcleo” são as formas como a Agência Estadual de Meio Ambiente (CPRH) identifica a zona costeira pernambucana.

pescadoras/Colônias. Vejamos um depoimento que ilustra bem, isso: *“Vinham as meninas aqui, da Universidade, aí a gente andava tudo aqui: ia pra outras Colônias, juntava com outras pescadoras... discutia saúde, previdência, as dificuldades da pesca... até no Sertão a gente foi! Era muito bom! Eu ia com a professora Rosário pra Brasília, fazia capacitação e tudo. E as meninas (risos)? Era uma anarquia danada (risos)! Era uma equipe muito boa! Hoje não tem mais projeto só pras mulheres; mas, precisa muito pra chamar as mulheres pra Colônia!... depois que acabou o Ministério, acabou-se verba, acabou-se tudo!”*(PP2)

Como aponta Camurça (2010, p. 69),

Trabalhar com a perspectiva de gênero no sentido de uma ação política-pedagógica transformadora é trabalhar com o reconhecimento de que as mulheres detêm reduzido poder na sociedade e que isso se constitui em uma injustiça social.

Desta forma, o GPDES0 enquanto proporcionou, nos termos de Silva (2010), um espaço de *“livre-pensar sistemático”* das pescadoras, considerando seus cotidianos e reconhecendo-as enquanto sujeitas de suas histórias, mas, integradas de forma desigual na sociedade e, por isso, provocando o questionamento coletivo dessas desigualdades e incentivando seus engajamentos na vida política de suas Colônias, fez da Educação (processo formativo) um ato político, comprometido com a reflexão crítica transformadora tão defendida por Freire (1987, p. 47)

Para o educador-educando, dialógico, problematizador, o conteúdo programático da educação não é uma doação ou uma imposição – um conjunto de informes a ser depositado no educando, mas a revolução organizada, sistematizada e acrescentada ao povo, daqueles elementos que este lhe entregou de forma desestruturada.

Observando os temas que foram desenvolvidos nos momentos de formação junto às mulheres pescadoras artesanais no PCPPA, podemos considerar que o referido Programa possibilitou tanto a obtenção de conhecimentos específicos sobre a cadeia produtiva da pesca artesanal, quanto reflexões acerca das relações sociais de gênero. Como bem ilustram os depoimentos: *“Desde que o Chapéu de Palha iniciou a gente se encorajou. O fato de eu ter assumido a presidência da Colônia, foi depois dos cursos do Chapéu de Palha... assim também foi com nossa secretária, com várias conselheiras, várias pescadoras vieram pra Colônia depois do curso de políticas públicas oferecido pelo MMTR aqui em cidade, pelo Chapéu de Palha.”* (PP1); *“A gente teve aqui o programa Chapéu de palha que deu vários cursos de beneficiamento pra os pescadores e pras pescadoras de beneficiamento do pescado, com certificado e tudo.”* (PP3)

Contudo, como vimos em Orlandi (2006), os discursos são expressões das relações de poder, legitimam e deslegitimam valores e práticas social e historicamente

construídas; dessa maneira, se configuram e se reconfiguram a partir da cultura, em síntese, do cotidiano. Assim, atualmente o PCPPA através da SecMulher do governo do estado de Pernambuco, vem estabelecendo uma relação muito mais “bancária”, com as mulheres pescadoras, segundo depoimento de uma delas: *“Hoje o pessoal da secretaria chama a gente só pra apresentar o programa e o plano de ação de políticas para mulheres... pra mim eu sou só ouvinte ali... ninguém chama a gente pra ouvir a gente, então eu tô ali só pra assinar a presença, não tô participando de nada!”* (PP1)

Nos termos de Freire (1987, p. 49)

Será a partir da situação presente, existencial, concreta, refletindo o conjunto de aspirações do povo, que poderemos organizar o conteúdo programático da situação ou da ação política, acrescentamos. O que podemos fazer, na verdade, é propor ao povo, através de certas contradições básicas, sua situação existencial, concreta, presente, como problema que, por sua vez, o desafia e, assim, lhe exige resposta, não só no risível intelectual, mas no nível da ação. [...] A ação educativa e política não pode prescindir do conhecimento crítico dessa situação, sob pena de se fazer ‘bancária’ ou de pregar no deserto.

Em relação aos processos formativos do PCPPA/PCPPA, precisamos pontuar que existe algo peculiar e que acreditamos ter sido, possivelmente, o fator fundamental da valiosa contribuição das Formações Políticas oferecidas por este programa às mulheres pescadoras artesanais: a concepção político-pedagógica e execução das formações foram planejadas e desenvolvidas pelas ONGs já listadas. Além dos depoimentos das PPs nessa pesquisa, vejamos outros, retirados da publicação do referido programa: *“Discutimos muito sobre a questão de gênero, as desigualdades existentes entre mulheres e homens, como a sociedade transmite essa ideia... Isso é bom, assim compreendemos, porque os homens tratam as mulheres como objeto.”* (Pescadora Artesanal B), PERNAMBUCO (2017, p. 57); *“Participei de várias capacitações com a secretária da mulher do estado e com a FASE... ajudou muito a eu começar, com o apoio de outras pessoas mais experientes... cursos sobre políticas públicas pras mulheres que ajudou muito a gente aqui a saber onde procurar os nossos direitos.”* (PP3)

Essa marca do PCPPA deve-se à prática pedagógica do programa, que considerava a mulher pescadora como sujeito central e que, não por acaso, foi planejada por ONGs feministas, as quais, segundo Silva (2010, p.6):

[...] se voltam especialmente para a formação centrada na pessoa, ou seja, uma formação que propicie, a cada mulher em particular, sua autoconstrução como sujeito autônomo e, desta forma, favoreça seu engajamento em quaisquer processos de mudanças.

Existe ainda um aspecto extremamente importante que identificamos comum às duas experiências de Formação Política para mulheres pescadoras – as propostas pela UFRPE e pela SecMulher do Estado de Pernambuco: o contexto histórico-político que, tanto as formações oferecidas pelo GPDESO, quanto as desenvolvidas pelo PCPPA, ocorreram. Segundo Inácio (2012, p. 173-175),

Num dos primeiros atos do governo Lula em 1º de janeiro de 2003, foi criada a Secretaria Especial de Políticas para Mulheres, com estatuto de Ministério, com a finalidade de assessorar diretamente à Presidência da República e articular com outros ministérios políticas públicas especificamente voltadas para mulheres. No caso das mulheres pescadoras, encontramos uma atenção especial dada pelo Ministério da Pesca e Aquicultura, que vem apoiando eventos e projetos de interação e discussão entre mulheres pescadoras de várias regiões do país, com o objetivo de levantar suas demandas e articular com objetividade as políticas sociais públicas.

Foi nesse mesmo contexto de grandes processos de mobilização popular de mulheres e de formações, que em 2004 foi criada a Articulação de Mulheres Pescadoras – AMP, e com ela, a Articulação de Mulheres Pescadoras de Pernambuco (AMPPE), em 2006, que possui assento na coordenação nacional da AMP, reforçando que essas experiências de ações governamentais e Formações Políticas também favoreceram a organização política coletiva das mulheres pescadoras aqui em nosso estado.

Dito isso, não podemos nos furtar de mencionar o contrafluxo do contexto político atual¹⁹, que vem avançando num projeto de governo (e de sociedade) amparado nas concepções mais conservadoras²⁰ já reproduzidas nas relações sociais de nosso país e, as quais tem por lastro, o sistema patriarcal capitalista.

Considerações finais

Pudemos verificar, após exposição e análise dos dados qualitativos desse estudo, que os processos formativos vivenciados pelas PPs (e outras pescadoras artesanais) mudaram as relações sociais de gênero entre as/os profissionais da Pesca, pelo menos, nas Colônias onde as sujeitas de nossa pesquisa estão como presidentas.

¹⁹ Que aponta para um profundo retrocesso que hoje está se institucionalizando, mas que foi deflagrado desde maio de 2016, quando a presidenta Dilma Rousseff foi impedida de concluir seu mandato.

²⁰ Machista, Racista, elitista/classista, Xenofóbica, homofóbica, lesbiofóbica, dentre outras.

Cabe apontar ainda que, essas mudanças só foram possíveis por conta da *concepção e estruturação* dessas Formações Políticas, quais sejam: à luz das Epistemologias e Crítica Feministas e pedagogicamente desenvolvidas através da Educação Popular – tanto na experiência do GPDESO, como na do PCPPA. Em que pese uma das experiências formativas (com irmã Nilza do CPP) não ter sido orientada pelas Teorias Feministas, mas, a escolha dela em trabalhar com mulheres pescadoras e discutir *suas pautas*, foi, à época, um ato político revolucionário.

Outra constatação foi a possibilidade de transformações das relações de gênero através de mudanças de práticas das mulheres desta pesquisa (rupturas de processos opressivos) e do valor simbólico da ocupação de uma mulher num cargo de representação política; isso mexeu com a “identidade da mulher” enquanto sujeita no mundo – seja no espaço doméstico/das relações familiares, que é político, quando se trata de relações de gênero/poder; seja nas relações institucionais, públicas, do caso em comento.

Como podemos verificar, o cenário político-histórico de um governo apontado por alguns estudiosos como progressista (ou do campo de esquerda), possibilitou as condições institucionais e materiais para que se realizassem ações e atividades públicas governamentais, considerando a mulher sujeita política central, no sentido de tensionar (para romper) formas de opressão patriarcal capitalista e de desigualdades sociais enfrentadas pelas mulheres em nossa sociedade.

Gostaríamos de finalizar nossa análise com a fala do Patrono da Educação do Brasil²¹ que tanto defendeu o “processo educativo” respaldado nas pessoas, para que isso pudesse se configurar em práticas político-pedagógicas e transformadoras, legítimas:

O homem dialógico, que é crítico, sabe que, se o poder de fazer, de criar, de transformar, é um poder dos homens, sabem também que podem eles, em situação concreta, alienados, ter esse poder prejudicado. Esta possibilidade, porém, em lugar de matar o homem dialógico a sua fé nos homens, aparece a ele, pelo contrário, como um desafio ao qual tem que responder. (FREIRE, 1987, p.45)

É na práxis que encontramos, através do diálogo, a possibilidade de nos reconhecemos em nossas contradições e potencialidades, alimentando, assim, o

²¹ O educador e filósofo pernambucano Paulo Freire (1921-1997) passou a ser reconhecido como patrono da educação brasileira desde a Lei nº 12.612 publicada em Diário Oficial da União de 13 de abril de 2012. Para saber mais consultar: portal.mec.gov.br

sentido de esperar: ir além, buscar, almejar, sonhar, transformar.

Referências

ÁVILA, M.B. Mulher e Natureza: os sentidos da dominação no capitalismo e no sistema patriarcal. In: Cadernos de Crítica Feminista. Ano VI, nº 5. Recife, dezembro de 2012. P. 32-43

BRASIL, 2009. Lei 11.959 – Lei da Pesca de 29 de junho de 2009.

BRASIL, 2012. Sobre o Patrono da Educação no Brasil. Lei nº 12.612 publicada em Diário Oficial da União de 13 de abril de 2012. Para saber mais consultar: portal.mec.gov.br

BRASIL, 1996. Lei Federal nº 9.394/1996 Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional/LDBEN. Disponível no [link: http://www.educacao.pe.gov.br/porta1/upload/galeria/10122/DIRETRIZES%20OPERACIONAIS_vers%C3%A3o%20final%20\(2\).pdf](http://www.educacao.pe.gov.br/porta1/upload/galeria/10122/DIRETRIZES%20OPERACIONAIS_vers%C3%A3o%20final%20(2).pdf) Acessado em 05/05/2019.

CAMURÇA, Sílvia. Novos Sujeitos Políticos para o Enfrentamento da Dominação das Mulheres na Zona da Mata de Pernambuco (2000-2006). In: SILVA, C (Org.), Experiências em Pedagogia Feminista, Recife: edições SOS Corpo, 2010, p. 54 – 106.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

GUIMARÃES, Sarah Rodrigues. *Pesca Artesanal, Políticas Públicas e Desenvolvimento Local na Colônia Z-33 – Em Porto Jatobá – Abreu e Lima/PE. 2018. 188f. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2018.*

GOUVEIA, Taciana. Mulheres Sujeitos Ocultos na/da Cidade. Recife: SOS Corpo, 2009, pdf. Disponível em: www.soscorpo.com.br Acesso em 20/11/2012

GUILLAUMIN, C. Prática do Poder e Ideia de Natureza. In: FERREIRA V., ÁVILA M. B., FALQUET, J., ABREU M. (Org). O patriarcado Desvendado: teorias de três feministas materialistas. Recife: SOS Corpo, 2014, p.27-99.

LEITÃO, M. R. F. A. Pesca & Gênero: O papel da mulher no desenvolvimento local. Recife, FASA, 2008b.

_____.30 anos de Registro de Pesca para as mulheres. Recife, FASA, 2010.

_____.Mulher e Poder. 2010. Disponível em <http://gpdeso.com/wp-content/uploads/arquivos/cartilha-mulher-e-poder.pdf>.

_____. Gênero e Pesca Artesanal. Recife, Liceu, 2012.

_____.Relações de gênero e de poder na pesca artesanal em Pernambuco. In: Gláucia de Oliverira Assis; Luzinete Simões Minela; Susana Bórneo Funck. (Org.). Entre Lugares e Mobilidades: Desafios Feminista. 1ed.Tubarão: Copiart, 2014, v. 03, p. 393-406.

_____. Memórias, Mulheres e Poder na Presidência das Colônias de Pescadores/as em Pernambuco. In: 18th IUAES World Congress, 2018, Florianópolis. Conference Proceedings = Anais [recurso eletrônico on-line]/ 18th IUAES Word. Florianópolis: Tribo Ilha, 2018. v. 3º. p. 4260-4277. Disponível em <http://gpdeso.com/wp-content/uploads/arquivos/memorias.pdf>, acesso em 20 de junho de 2019.

LEITÃO, M. R. F. A.; LEITÃO, Juliana Andrade . Nessa Canoa tem motor? Uma reflexão sobre Gênero, Desenvolvimento e Políticas Públicas. In: Maria do Rosário de Fátima Andrade Leitão. (Org.). Extensão Rural & Extensão Pesqueira: Experiências Cruzadas. 1ed.: Recife, FASA, 2008a, v. 1, p. 149-162.

ORLANDI, Eni P; LAGAZZI-RODRIGUES, S. Discurso e Textualidade. Campinas: Pontes, 2006.

PERNAMBUCO, 2015. A Pesca Artesanal em Pernambuco: Ações do Governo do Estado para o Desenvolvimento Sustentável da Pesca Artesanal em Pernambuco. Recife: Secretaria do Meio Ambiente e Sustentabilidade, 2015, Disponível em: <http://www.semas.pe.gov.br/web/semas>. Acesso em 05/04/2019.

PERNAMBUCO, 2017. Programa Chapéu de Palha Mulher, Recife: Secretaria da Mulher do Estado, 2017. Disponível em: <http://www2.secmulher.pe.gov.br/web/secretaria-da-mulher/livros> Acesso em 05/04/2019.

SARDENBERG, M. B. Cecília. Conceituando “Empoderamento” na Perspectiva Feminista. Artigo – NEIM/UFBA, Bahia,2006.12f.

SAFFIOTI, Heleieth. Gênero, Patriarcado e Violência. 2ª ed. São Paulo, 2015: [Fundação Perseu Abramo](http://www.fundacaoperseuabramo.org.br), Expressão Popular.

SANTOS, Geize. *Programa Chapéu de Palha - Pesca Artesanal: Perspectivas Socioambientais e de Governança da Colônia de Pescadores de Itapissuma Pernambuco*. 2015. *Dissertação de Mestrado* - Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2017.

SANTOS, Jean Carlo Silva dos. *Masculinidades, Feminilidades, Androginia: uma análise interpretativa sobre a construção social de gêneros e suas implicações para o exercício da liderança do Poder Judiciário de Rodônia*. 2013. 262f. *Tese de Doutorado* – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

SILVA, Carmen. Os Sentidos da Ação Educativa no Feminismo. In: SILVA, C. (Org) *Experiências em Pedagogia Feminista*. Recife: edições SOS Corpo, 2010.

SILVA, V. L. da; OLIVEIRA, O. M. B. A; LEITÃO, M. R. F. A. O Processo de Reconhecimento do Trabalho das Pescadoras Artesanais Catarinenses e a Indefinição de Direitos Trabalhistas e Previdenciários. In: LEITÃO, M. R. F. A. e CRUZ, M. H. C. (Org.) *Desafios dos Feminismos, Relações de Gênero, Trabalho, Educação e Comunidades Tradicionais*. Recife: EDUFRPE, 2017, p. 59-91.

STADTLER, Hulda. Lideranças Femininas e Identidade de Gênero na Pesca Artesanal. In: CALLOU, A. B. F. (Org.). *Movimentos Sociais na Pesca*. 1 ed. Recife: FASA, 2014, p. 187-199.